

Países ricos: uma amostra de boa vontade.

Os Estados Unidos e outros importantes países industrializados decidiram permitir que o Brasil, o principal devedor entre os países em desenvolvimento, adie o pagamento de mais de US\$ 4 bilhões que lhes são devidos. Também concordaram com condições flexíveis, afrouxando o enfoque que dão ao problema da dívida internacional.

Pela primeira vez desde o início da crise da dívida, os países credores aliviam a situação de um país em desenvolvimento sem insistir em que este também contraia um empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e adote os planos de austeridade delineados por esta instituição.

A resistência dos países do Terceiro Mundo contra as políticas de austeridade impostas pelo FMI cresce cada vez mais. Muitos dos países assolados pelas dívidas se queixam de que as condições exigidas pelo FMI são muito conservadoras e dificultam seu desenvolvimento econômico.

Mas o Brasil, que deve a outros governos e a bancos comerciais um total de aproximadamente US\$ 111 bilhões, prometeu retomar os seus pagamentos a partir de 1º de julho, cumprindo todos os pagamentos não cobertos pelo acordo de reescalonamento, à medida que eles forem vencendo.

Além disso, o Brasil entrará num "relacionamento melhorado" com o FMI, permitindo-lhe fazer uma supervisão mais atenta de sua economia.

"O Brasil está numa situação excepcional," disse Álvaro Alencar, o principal negociador da dívida brasileira, depois do acordo de quarta-feira com os membros do Clube de Paris, formado pelos países credores. "Decidimos que não precisamos ter qualquer outro tipo de relacionamento com o FMI", disse.

Alencar disse também que o Brasil resolveu "acertar as suas contas durante o segundo semestre deste ano", mas acrescentou que isto irá depender de "muitos fatores, vários dos quais não estão sob o nosso controle". Também declarou esperar que o acordo de quarta-feira com o Clube de Paris abra caminho para um acordo separado que facilite as condições de pagamento de bilhões de dólares que o país deve a bancos privados. As negociações com os bancos devem começar em fevereiro. Alencar também previu que os bancos deverão concordar em fornecer novos créditos para que o Brasil reduza suas dificuldades econômicas.

Nos termos do acordo, o Brasil deverá reduzir para US\$ 3,25 bilhões devidos a outros governos em 1985 e 1986 durante um período de seis anos, sem ter de efetuar qualquer tipo de pagamento durante os três primeiros anos. O Brasil também deverá pagar US\$ 348 milhões em encargos atrasados referentes a esta dívida, em prestações que começarão a vencer a partir de 30 de junho de 1988. Finalmente, o Brasil irá reprogramar cerca de US\$ 500 milhões em dívidas que vencem na primeira metade deste ano por mais seis anos, novamente sem pagamentos antes do quarto ano.

Álvaro Alencar fez previsão de que o Brasil conseguirá atingir um superávit comercial de US\$ 10,2 bi-

lhões este ano, mas que a situação de sua conta-corrente deverá ficar deficitária. Também disse que a inflação está diminuindo, tendo atin-

gido uma média de 65% no ano passado, mas de apenas 25% nos dez últimos meses.

Paul Lewis, do N. Y. Times.